



EDUCAmazônia, Humaitá - Amazonas, Volume XIX, nº 1, jan-jul. 2026, p. 108-122.

DESVENDANDO O RACISMO ESTRUTURAL: CLASSES, RAÇAS E O DESAFIO À DEMOCRACIA

UNVEILING STRUCTURAL RACISM: CLASS, RACE, AND THE CHALLENGE TO DEMOCRACY

Caroline Pereira Nunes¹

Isabelly Santos Maciel²

Joselia Nunes de Castro³

Rosiquerli Silva de Lima⁴

Jordeanes do Nascimento Araújo⁵

Resumo: O presente artigo investiga o racismo estrutural no Brasil (especificamente no município de Humaitá) com base nas obras de Guimarães, Kilomba e Schwarcz, e em entrevistas realizadas com moradores da cidade de Humaitá-AM. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, articulando teoria e prática para compreender como o racismo se manifesta nas instituições, nas relações sociais e no cotidiano. São analisadas as raízes históricas da exclusão racial, desde o período colonial até os dias atuais, evidenciando desigualdades persistentes nos campos da educação, trabalho, saúde, mídia e políticas públicas. Os relatos dos participantes revelam experiências de discriminação velada e explícita, reforçando estigmas e marginalizações. A escola e a mídia são destacadas como espaços de reprodução de estereótipos, enquanto políticas afirmativas, como cotas raciais e formação antirracista, são apontadas como estratégias fundamentais para o enfrentamento dessas desigualdades. A pesquisa conclui que o racismo estrutural compromete a democracia e exige ações concretas para sua superação. Valorizar as vozes dos sujeitos afetados e promover uma educação crítica são passos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Palavras-chave: Racismo estrutural. Desigualdade racial. Políticas públicas. Educação crítica. Democracia.

¹ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email.carolnunes770@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email.Isabellymaciel581@gmail.com

³ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email.joseliahta3373@gmail.com

⁴ Graduanda em Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email.querlilima035@gmail.com

⁵ Professor da Universidade Federal do Amazonas. Campus Vale do Madeira. Email.jordeanes@ufam.edu.br



Abstract: This article investigates structural racism in Brazil, based on the works of Guimarães, Kilomba, and Schwarcz, and interviews conducted with residents of the city of Humaitá-AM. The research adopts a qualitative approach, combining theory and practice to understand how racism manifests in institutions, social relations, and everyday life. It analyzes the historical roots of racial exclusion, from the colonial period to the present, highlighting persistent inequalities in education, labor, health, media, and public policies. The participants' accounts reveal both subtle and explicit forms of discrimination, reinforcing stigmas and marginalization. Schools and media are identified as spaces that reproduce stereotypes, while affirmative actions—such as raciais quotas and anti-racist training—are presented as key strategies to confront these inequalities. The study concludes that structural racism undermines democracy and demands concrete actions for its eradication. Valuing the voices of affected individuals and promoting critical education are essential steps toward building a more just, pluralistic, and inclusive society.

Keywords: Structural racism. Racial inequality. Public policies. Critical education. Democracy.



1. INTRODUÇÃO

O racismo estrutural no Brasil é profundamente enraizado nas estruturas sociais, econômicas e políticas do país, refletindo-se na perpetuação de desigualdades entre grupos raciais. Essa forma de racismo não se limita a atitudes individuais ou preconceitos isolados, mas está incorporado nas instituições, nas políticas públicas e no funcionamento da sociedade como um todo. O racismo é um processo histórico que nasceu na colonização e se consolidou ao longo do tempo, contribuindo para a marginalização sistemática da população negra e afrodescendente.

O objetivo é aprofundar a análise do racismo estrutural, a partir de uma atividade de campo realizada pela disciplina Étnico racial, em forma de uma entrevista realizada em 2025, na cidade de Humaitá-Am com 5 participantes selecionados, e com base no material discutido em sala de aula dos autores Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, Grada Kilomba e Lilia Moritz Schwarcz. Compreender o racismo estrutural exige uma análise equivalente das manifestações explícitas de preconceito, identificando as suas raízes nas estruturas que sustentam a sociedade brasileira ao longo do tempo.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de cunho exploratório e analítico, tendo como base teórica as obras “Classes, raças e democracia” de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, “memórias da plantação” de Grada Kilomba e “Nem preto nem branco, muito pelo contrário” de Lilia Moritz Schwarcz. Essas leituras foram fundamentais para embasar conceitualmente a investigação sobre o racismo estrutural no país, articulando elementos históricos, sociais e políticos.

A metodologia combinou diferentes técnicas de coleta e análise de dados. Primeiramente, foi realizada uma revisão bibliográfica de textos teóricos e acadêmicos que abordam o conceito de racismo estrutural, as desigualdades raciais persistentes e os mecanismos institucionais que reproduzem a exclusão de populações negras e indígenas. Essa etapa visou oferecer um referencial crítico e interdisciplinar, relacionando autores clássicos e contemporâneos da sociologia, ciência política e antropologia.

Paralelamente, desenvolveu-se uma atividade de campo que consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com 5 moradores da cidade de Humaitá-AM, permitindo captar percepções locais sobre as manifestações cotidianas do racismo e suas



implicações na vida da população. A entrevista serviu também como ponto de partida para a construção de um estudo de caso, voltado à análise das dinâmicas sociais da região e das formas específicas com que o racismo estrutural se manifesta naquele contexto.

Essa triangulação metodológica articulando teoria, pesquisa empírica e análise contextual possibilitou uma compreensão mais profunda das raízes históricas do racismo no Brasil, das formas contemporâneas de discriminação racial e dos principais obstáculos enfrentados para a efetivação de políticas públicas de promoção da igualdade racial. A escolha por uma abordagem qualitativa visa, sobretudo, valorizar os sentidos, vozes e experiências das pessoas afetadas por essas desigualdades, contribuindo para uma análise crítica e comprometida com a transformação social.

A valorização dessas experiências, sobretudo por meio de entrevistas com moradores locais, constitui não apenas uma estratégia metodológica, mas também uma postura ética e crítica frente às formas cotidianas de exclusão racial. Assim, a pesquisa fortalece a compreensão do racismo estrutural como um fenômeno vivo, tecido nas práticas e nas representações sociais que sustentam as desigualdades.

3. RESULTADOS

Embora seja objeto de subvalorização na discussão pública, é relegado a um segundo plano nas abordagens institucionais. O racismo estrutural tem se manifestado de várias formas, influenciando diferentes aspectos da vida social. Ele está presente no acesso desigual à educação, ao mercado de trabalho, à saúde, à moradia e ao sistema de segurança pública.

3.1 As raízes históricas do racismo no Brasil

O racismo estrutural brasileiro tem origem no período colonial e na escravização de milhões de africanos. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, não foram criadas políticas de reparação, o que manteve a população negra à margem da sociedade. A ausência de acesso à terra, educação e emprego formal consolidou uma exclusão social que persiste até hoje.

Todo esse ciclo de estrutura racial desigual é resultado de um processo histórico que se cristalizou durante o período colonial, onde a escravidão foi fundamental para a formação de bases econômicas no país. Mesmo após a abolição da escravidão, as estruturas de poder continuaram a marginalizar a população negra.



Como observa Grada Kilomba:

Estar na margem, é ser parte do todo, mas fora do corpo principal. Hooks vem de uma pequena cidade do estado de Kentucky, onde trilhos de trem eram lembranças diárias de sua marginalidade, lembretes de que ela estava realmente do lado de fora. Através daqueles trilhos se chegava no centro: lojas em que ela não podia entrar, restaurantes onde ela não podia comer e pessoas que ela não podia olhar nos olhos. Esse era um mundo onde ela poderia trabalhar como doméstica, criada ou prostituta, mas onde ela não podia viver; ela sempre tinha de retornar à margem. Havia leis para garantir seu retorno à periferia e severas punições para quem tentasse permanecer no centro. **(KILOMBA 2012, p. 67)**

Os conceitos de margem e centro revelam como o racismo e outras formas de opressão estruturam a exclusão social. Estar na margem significa ser parte da sociedade, mas sem acesso aos direitos e espaços que caracterizam o centro. Essa marginalidade é reforçada por normas sociais, culturais e jurídicas que mantêm certos grupos afastados das posições de poder e legitimidade, punindo tentativas de transgressão.

Houve uma situação em que um chefe não quis me convidar para uma festa em que a maioria dos funcionários haviam sido convidados, e por incrível que pareça, somente os negros da equipe de trabalho ficaram de fora. (MARIA, informação verbal, 2025)

Já passei por muitas situações de racismo, entre elas uma que posso citar que foi bem complicada foi a de quando fui participar de uma competição de handebol como jogadora, eu ainda era muito menina na época e a torcida da equipe adversária fazia gestos imitando um macaco toda vez em que eu pegava na bola. Eu sempre tive orgulho da minha cor negra, porém isso me machucou muito na época. (MARIA, informação verbal, 2025)

O relato de Maria, moradora de Humaitá há 2 anos é um exemplo claro de como o preconceito racial afeta diretamente a vida das pessoas negras, mesmo em situações cotidianas e aparentemente neutras. Desde jovem, Maria enfrentou o racismo em ambientes esportivos. A discriminação racial também é presente no âmbito profissional na vida de Maria, em dada ocasião, ela e outros colegas negros não foram convidados para uma confraternização organizada por um chefe. A exclusão baseada na cor da pele reforça o quanto o racismo se infiltra nos ambientes de trabalho.

Segundo Schwarcz:



Nessa sociedade marcada pela desigualdade e pelos privilégios, "a raça" fez e faz parte de uma agenda nacional pautada por duas atitudes paralelas e simétricas: a exclusão social e a assimilação cultural. Apesar de grande parte da população permanecer alijada da cidadania, a convivência racial é, paradoxalmente, inflacionada sob o signo da cultura e cada vez mais reconhecida como um ícone nacional. (*SCHWARCZ 2012, p. 115*)

Por um lado, pessoas negras continuam sendo excluídas do acesso pleno à cidadania, enfrentando desigualdades no trabalho, na educação, na saúde e na representação política. Por outro lado, elementos de suas culturas como a música, a culinária, a religiosidade e a estética são valorizadas e incorporadas como símbolos da identidade nacional, muitas vezes sem o devido reconhecimento ou protagonismo desses grupos.

3.2 Racismo institucional e sua presença nas políticas públicas

As instituições brasileiras muitas vezes reproduzem práticas discriminatórias de maneira velada. Isso pode ser observado, por exemplo, em abordagens policiais seletivas, no sistema prisional com maioria de pessoas negras, e na falta de representatividade nos espaços de poder e decisão. Políticas públicas, quando universais, muitas vezes não consideram a desigualdade racial como um fator determinante, o que limita seu alcance.

Um exemplo de discriminação velada no Brasil pode ser encontrado no ambiente de trabalho. Muitas empresas afirmam ter políticas de diversidade, mas, na prática, pessoas negras enfrentam barreiras invisíveis para ascender a cargos de liderança. Isso pode ocorrer por meio de critérios subjetivos em processos seletivos, falta de oportunidades de capacitação ou até mesmo pela ausência de representatividade, o que perpetua a ideia de que esses espaços não são para elas.

Segundo **SCHWARCZ (2012, p. 89)** “Usando o censo demográfico de 1960, o sociólogo Valle e Silva comprovaram que a renda média dos brancos era o dobro da renda do restante da população, e que um terço dessa diferença podia ser atribuído à discriminação no mercado de trabalho.” Essas práticas se mantêm muitas vezes de maneira velada, reforçando a ideia de neutralidade e meritocracia enquanto, na prática, reproduzem desigualdades raciais historicamente consolidadas. A persistência dessas distorções evidencia a necessidade de políticas públicas e empresariais que reconheçam o racismo estrutural como um fator determinante na organização do mundo do trabalho.



Hoje eu trabalho de assistente de saúde bucal na terra indígena, sou indígena também e preto, eu vou no barco com outros colegas de trabalho nas comunidades fazendo palestras também, e as pessoas olham com indiferença por conta da minha cor, caçoam do meu jeito de falar, de se expressar. É desanimador às vezes, mas eu sigo em frente e continuo buscando cada vez mais conhecimento.” (SEBASTIÃO, informação verbal, 2025)

Segundo o relato de Sebastião. Ele trabalha como assistente de saúde bucal em uma terra indígena e enfrenta desafios diários. Em suas atividades, viaja de barco com colegas para comunidades onde realiza palestras. No entanto, percebe olhares de indiferença devido à sua cor e sofre com comentários depreciativos sobre sua forma de falar e se expressar. Apesar disso, Sebastião persiste, buscando cada vez mais conhecimento e superando barreiras que muitos sequer percebem.

Como observa Guimarães:

O preconceito racial toma este aspecto de preconceito não revelado, pois o branco em posição social superior não reconhece no negro que ele discrimina um competidor, mas um subalterno deslocado de lugar. O problema, por tanto, para quem discrimina, não estaria na raça, mas na ausência de subalternidade do discriminado, deslocado de sua classe. (Guimarães 2002, p.97)

Essa análise revela que o preconceito muitas vezes se manifesta de forma velada pois o branco não reconhece o negro como igual, mas como alguém que estaria “fora do lugar” ao não ocupar uma posição subalterna. Assim o racismo se expressa não apenas pela cor da pele, mas pela ruptura da expectativa de inferioridade, revelando como a desigualdade racial está naturalizada nas relações sociais.

3.3 Desigualdades socioeconômicas

A população negra no Brasil ainda é a que mais sofre com desemprego, salários mais baixos, informalidade e moradias precárias. Essa desigualdade não é fruto do acaso, mas de uma estrutura que privilegia determinados grupos raciais enquanto marginaliza outros. Dados do IBGE reforçam essas disparidades de forma sistemática ao longo dos anos.

Segundo dados do IBGE, em 2021, a taxa de informalidade entre a população branca era de 32%, enquanto entre os pretos era de 43% e entre os pardos, 47%. Além disso, o rendimento médio dos trabalhadores brancos foi quase o dobro do recebido por



pretos e pardos 1. Esses números evidenciam como a estrutura social perpetua disparidades raciais, dificultando o acesso da população negra a empregos formais e melhores condições de vida.

Eu já sofri preconceito quando eu fui ao dentista, eu fui pra fazer um processo particular e a primeira coisa que ele perguntou foi se eu trabalhava de empregada doméstica. Então, falei que não. Ai ele fez assim, “ué”, e falou, “se a senhora não trabalha e não é aposentada, como é que a senhora vai pagar, o que a senhora tá me propondo é ficar devendo, é?” (IDÁLIA, informação verbal, 2025)

Quando a gente trabalha nas casas dos outros, tem que comer no fundo da cozinha, tem que esperar os patrões comer pra poder depois, o que sobra, é que a gente vai fazer a refeição. Hoje, acho que já não tá tanto assim, mas no tempo que eu trabalhava era bem assim. (IDÁLIA, informação verbal, 2025)

Quando eu trabalhava lá no hotel Macedônia, eu fui contratada como camareira para cuidar dos apartamentos. Como o dono e o proprietário eram negros, eles não faziam exceção de pessoas, só que a partir do momento que foi vendido para um gringo, eu passei a ir para a lavanderia. Me tiraram da convivência social, que era onde ficavam as pessoas que chegavam para ser hospedadas, e me colocaram nos fundos, na lavanderia. (IDÁLIA, informação verbal, 2025)

Segundo o relato de idália, residente na cidade de Humaitá desde 1984. Ao buscar atendimento em um consultório particular foi imediatamente associada a uma ocupação subalterna (empregada doméstica). O julgamento foi acompanhado da desconfiança quanto a sua capacidade de pagar pelo atendimento, evidenciando o racismo estrutural que liga a imagem da pessoa negra à pobreza e à servidão. Em sua trajetória como trabalhadora doméstica e camareira, também enfrentou práticas discriminatórias, como ser obrigada a comer separadamente após os patrões, ou sendo deslocada de funções mais visíveis após a mudança da administração em um hotel em que trabalhou sendo retirada da função de recepcionista e colocada na lavanderia, ainda que tivesse anos de experiência.

Guimarães aponta que:

Quando os conceitos de "raça " e “gênero" são aplicados aos estudos sobre desigualdades socioeconômicas ou pobreza eles têm o efeito virtuoso de revelar aspectos que o conceito de "classe" não poderia explicitar. Eles desvelam certas



particularidades na construção social da pobreza que eram antes ignoradas. (*Guimarães 2012, p. 74*)

Ao incorporar os marcadores de raça e gênero, os estudos passam a revelar dimensões ocultas da pobreza, como o fato de que mulheres negras enfrentam desvantagens que não podem ser explicadas apenas por sua posição de classe. Essas categorias evidenciam como a pobreza é socialmente construída de forma diferenciada, sendo atravessada por hierarquias raciais e de gênero que moldam o acesso a direitos, oportunidades e reconhecimento social.

3.4 Educação e apagamento histórico

A escola pública brasileira ocupa um papel ambíguo na história das relações raciais do país. Embora seja concebida como espaço de cidadania e inclusão, historicamente tem atuado como reprodutora das hierarquias raciais. A escola pública brasileira, ao longo de sua história, foi um dos principais instrumentos de reprodução das hierarquias raciais, ao mesmo tempo em que se apresentava como espaço de integração e cidadania.

O sistema educacional brasileiro, por muito tempo, ignorou a história e cultura africana e afro-brasileira. A Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, é uma tentativa de correção histórica. No entanto, sua implementação ainda encontra resistência e desafios, o que reforça o apagamento cultural e a reprodução de estigmas.

Um exemplo é a resistência que ocorre em algumas instituições, onde o conteúdo é tratado de forma superficial, limitando-se a poucos momentos do ano, como o Dia da Consciência Negra. Isso acaba reduzindo a importância da cultura e história afro-brasileira, em vez de incorporá-la de forma integrada ao ensino.

Aos poucos as iniciativas como projetos escolares voltados à valorização da cultura afro-brasileira e programas educativos baseados no ensino sobre o racismo têm ajudado a mudar esse cenário, mas ainda há um longo caminho pela frente para garantir que essa riqueza histórica seja plenamente valorizada no ambiente educacional.

Nunca sofri racismo. (RAIMUNDO, informação verbal, 2025)

Nunca ouvi falar dessa Lei. (RAIMUNDO, informação verbal, 2025)



Segundo o relato de Raimundo, morador de Humaitá há 28 anos, ele nunca foi vítima de racismo e, por esse motivo, não sabe como é vivenciar essa situação. Afirmou também que nunca ouviu falar sobre a Lei Antirracista. No entanto, ressaltou que, caso essa lei exista e, havendo um episódio de racismo, a pessoa deve denunciar e buscar seus direitos para que situações como essa não voltem a acontecer.

O relato de Raimundo revela muito sobre como a falta de acesso à educação pode afetar a percepção, as oportunidades e o entendimento de uma pessoa sobre os próprios direitos. Apesar de ele afirmar que nunca sofreu racismo, o fato de não conhecer a existência da lei antirracista e de nunca ter ouvido falar sobre esse tipo de legislação pode estar diretamente ligado à ausência de uma educação que o colocasse em contato com seus direitos fundamentais, com debates sociais e com o conhecimento crítico.

Mesmo assim, a fala dele mostra uma sabedoria importante: ele entende que, se o racismo ocorrer, é preciso denunciar, procurar seus direitos e agir para que isso não se repita. Isso demonstra senso de justiça e uma visão clara de que a dignidade deve ser respeitada.

Quando uma pessoa não teve acesso à educação escolar, especialmente à educação crítica e histórica sobre o racismo, ela fica em desvantagem não só para identificar quando está sendo discriminada, mas também para se posicionar diante disso. A educação, mais do que conteúdo acadêmico, é uma ponte para o entendimento da realidade social. É por meio dela que muitas pessoas passam a enxergar situações que antes eram naturalizadas, inclusive formas sutis de racismo estrutural que muitas vezes passam despercebidas.

Segundo **SCHWARCZ (2012, p. 31)** “os resultados parciais de um trabalho sobre os bailes negros em São Paulo podem ser entendidos de forma inversa, mas simétrica. A maioria dos entrevistados negou ter sido vítima de discriminação, porém confirmou casos de racismo envolvendo familiares e conhecidos próximos.” Isso revela como o racismo pode ser invisível no cotidiano de quem o vive, seja por ser naturalizado, seja por medo ou vergonha de nomeá-lo. A fala de Raimundo mostra como a exclusão pode ocorrer mesmo sem ser percebida como tal, ou sem acesso à informação sobre os direitos que o protegem.



3.5 Representações midiáticas e estereótipos

A mídia brasileira, historicamente, reforça estereótipos negativos sobre pessoas negras, associando-as à criminalidade, pobreza ou subserviência. A falta de representatividade positiva contribui para a manutenção de preconceitos e para a naturalização da exclusão.

Um exemplo, é a forma como pessoas negras foram historicamente retratadas em novelas brasileiras. Durante décadas os poucos personagens negros eram frequentemente subordinados, empregados domésticos ou envolvidos em tramas de marginalidade. Essa representação limitada reforçou estereótipos e dificultou a construção de uma imagem positiva e diversa da população negra.

Como destaca SCHWARCZ (2012, p. 76) “estudos mais recentes, e seguindo a voga dos números, retomaram o tema e demonstraram que o preconceito de cor não estava exclusivamente atrelado a uma questão econômica e social; ao contrário, persistia como um dado divisor em nossa sociedade.” Em outras palavras, não basta melhorar economicamente para escapar do racismo ele está enraizado nas práticas sociais nas instituições e nas percepções cotidianas. Essa constatação reforça a ideia de que o preconceito de cor é um elemento autônomo e persistente da desigualdade brasileira, e não apenas um subproduto da pobreza.

Mais recentemente, há um esforço maior para ampliar a diversidade na mídia, com protagonistas negros em papéis de destaque e histórias que fogem da narrativa estereotipada. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma representatividade justa e equilibrada.

Dizem que sou suja, que sou feia, que meu rosto está todo manchado. Falam que meu cabelo é feio, que pareço um gorila. E o pior é que, às vezes, isso vem até da minha própria família. Recentemente, enquanto conversava com uma mulher, ela disse que eu não consigo arrumar um marido porque sou uma mulher preta, feia, suja e que ando sempre desarrumada. (BERENICE, informação verbal, 2025)

Segundo o relato de Berenice, que trabalha como gari, sua rotina diária é marcada por constantes olhares de julgamento e comentários carregados de preconceito. Mesmo desempenhando um papel fundamental para a manutenção da cidade, ela relata



que muitas pessoas a tratam com indiferença ou desprezo, baseando-se apenas em sua profissão e na cor de sua pele.

Essas falas não nascem do nada, elas refletem décadas de narrativas midiáticas que marginalizaram corpos negros, reservando-lhes papéis subalternos ou caricatos reforçando a ideia de inferioridade e desumanização. A persistência desses estigmas mostra que a representatividade ainda está longe de ser justa enquanto as novelas, séries e noticiários continuam a propagar imagens limitadas das pessoas negras, a sociedade continuará naturalizando o preconceito como se fosse uma opinião legítima.

Segundo Grada Kilomba:

O termo "cotidiano" refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um "ataque único" ou um "evento discreto", mas sim uma "constelação de experiências de vida", uma "exposição constante ao perigo", um "padrão contínuo de abuso" que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família. (KILOMBA 2019, p. 80)

Essa abordagem rompe com a visão de que o racismo só existe quando é explícito ou violento, ela revela como ele está presente em pequenos gestos, olhares, silêncios e exclusões que se acumulam ao longo da vida. A ideia de “constelação de experiências de vida” mostra que o racismo não é um episódio isolado, mas um padrão contínuo e desgastante, que atravessa todos os espaços: do transporte público à intimidade familiar.

3.6 Caminhos para o enfrentamento

O combate ao racismo estrutural requer medidas afirmativas como a adoção de cotas raciais em instituições de ensino superior e concursos públicos, bem como iniciativas voltadas à valorização da identidade negra, incluindo a ampliação de espaços de expressão e protagonismo. A capacitação antirracista de docentes, profissionais da segurança e gestores públicos é essencial para promover transformações culturais e institucionais duradouras.

Um exemplo disso, é a política de cotas raciais adotada em universidades brasileiras como a Universidade de Brasília (UnB), pioneira na implementação desse sistema em 2004. A medida foi posteriormente expandida para outras instituições, culminando na Lei de Cotas de 2012, que reserva vagas para estudantes negros, indígenas



e de baixa renda. Esse tipo de ação afirmativa tem sido essencial para ampliar o acesso ao ensino superior e contribuir para a redução das desigualdades raciais.

Outro exemplo é a formação antirracista de profissionais da segurança pública. Em 2023, o Ministério da Justiça e Segurança Pública lançou o curso “Formação de Multiplicadores – Polícia Antirracista”, dentro do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronas 2). O objetivo é capacitar agentes das polícias civil e militar para atuarem com mais justiça e respeito à diversidade, enfrentando o racismo estrutural nas abordagens e práticas institucionais.

O racismo estrutural estabelece um campo de desigualdades que são mantidas por meio de políticas públicas, práticas sociais e discursos que disfarçam a discriminação racial. Essa reprodução das desigualdades reforça um ciclo vicioso, no qual a exclusão de determinados grupos sociais dificulta a construção de uma sociedade plural e verdadeiramente democrática. Embora haja conquistas legais importantes, é evidente que o racismo continua moldando acessos, oportunidades e percepções. Por isso, torna-se urgente a implementação de políticas públicas eficazes, ações educativas antirracistas e o fortalecimento de redes de apoio à população negra.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se inegável que o racismo estrutural é uma das faces mais persistentes e dolorosas da desigualdade no Brasil. Em cidades grandes ou pequenas como Humaitá, essa forma de opressão está entranhada nas instituições, nas mentalidades e nos comportamentos cotidianos, reforçando a exclusão e limitando oportunidades de milhares de brasileiros. Não se trata de um problema isolado ou recente, mas sim de uma herança histórica marcada por séculos de escravidão, negligência estatal e invisibilização das culturas e das vozes negras.

As obras como a de Guimarães, Grada Kilomba e Lilia Schwarcz têm um papel crucial nesse processo de conscientização. Ao explorar as complexidades, contradições humanas e as injustiças silenciosas que atravessam o Brasil profundo, as obras nos convidam a enxergar o outro com mais empatia, e a questionar as estruturas que sustentam privilégios e exclusões. Por meio de suas narrativas, percebemos que resistir ao racismo não é apenas tarefa de quem o sofre, mas um dever coletivo de todos que almejam um país mais justo e equitativo.



É preciso entender que a superação do racismo estrutural exige mais do que discursos: requer atitudes firmes, políticas públicas transformadoras e, acima de tudo, um compromisso ético com a dignidade humana. Cada cidadão, cada educador, cada gestor público tem o poder de romper com as práticas discriminatórias ao escolher o caminho da justiça, da igualdade e do respeito. Não há democracia verdadeira enquanto houver racismo institucionalizado e enquanto a cor da pele seguir determinando o acesso a direitos básicos.

No fim das contas será que estamos dispostos a fazer parte da mudança? Eis a questão: Será que temos coragem de rever nossas próprias crenças? De educar com consciência? De promover a diversidade? De celebrar as contribuições dos povos negros à formação do nosso país? Pequenas atitudes, quando somadas geram grandes transformações. Cada gesto conta, cada palavra pode plantar a semente de um futuro melhor.

O mundo começa a mudar quando decidimos não ser cúmplices do silêncio. Que sejamos a geração que não se cala, que age, que transforma. O mundo precisa e merece uma nova história, escrita por mãos diversas e guiada por justiça. A democracia no Brasil só será plena quando for capaz de incluir, de fato, os que historicamente foram excluídos e isso exige o enfrentamento direto das desigualdades raciais.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI 2. Brasília: MJSP, 2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.



KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIVINO, Iolanda Luciana do amor. Entrevista semiestruturada, realizada em Humaitá, AM, 2025.

MOTA, Jaime. Entrevista semiestruturada, realizada em Humaitá, AM, 2025.

PAIXÃO, Mara. Entrevista semiestruturada, realizada em Humaitá, AM, 2025.

RODRIGUES, Maria José. Entrevista semiestruturada, realizada em Humaitá, AM, 2025.

SILVA, Hamilton Vicente da. Entrevista semiestruturada, realizada em Humaitá, AM, 2025.

Submetido em: 21 de outubro de 2025.

Aprovado em: 21 de novembro de 2025.

Publicado em: 01 de janeiro de 2026.